

**PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NO MARANHÃO: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

**PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
COM A EDUCAÇÃO BÁSICA IN THE MODALITY OF YOUTH AND ADULTS
EDUCATION IN MARANHÃO: MAPPING OF SCIENTIFIC PRODUCTION**

**PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
COM A EDUCAÇÃO BÁSICA EN LA MODALIDAD DE EDUCACIÓN DE
JÓVENES Y ADULTOS EN MARANHÃO: MAPEO DE LA PRODUCCIÓN
CIENTÍFICA**

Odaleia Alves da Costa

Doutora em Educação- USP

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, *campus* Timon – IFMA

E-mail: odaleia@ifma.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8399-2054>

Aline Carla de Sousa Leite Cipriano

Mestre em Educação (ProfEPT)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

E-mail: alineleiteadv@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4077-4321>

Anny Camila Lima Rodrigues

Mestre em Educação (ProfEPT)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

E-mail: annyligres@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5321-123X>

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir as publicações que tratam sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Maranhão (PROEJA). Trata-se de uma pesquisa de levantamento bibliográfico. A localização das dissertações foi feita por meio da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), na qual foram encontradas 8 (oito) dissertações sobre o tema, publicadas entre os anos de 2012 e 2017. Para análise das publicações, foram levados em consideração critérios como locais de produção dos estudos e os níveis e modalidades de ensino. Para melhor entendimento da temática foram construídas três categorias, sendo elas: um olhar sobre a formação de professores do PROEJA, currículo e políticas públicas. Essas categorias possibilitam uma visualização dos temas mais abordados e também as lacunas de estudos quanto ao PROEJA. Os resultados da revisão mostram que 75% dos trabalhos foram publicados por universidades do Maranhão; constatou-se a presença recorrente de temáticas já debatidas na educação de jovens e adultos, como, por exemplo, formação profissional específica e aperfeiçoamento ao longo da vida dos discentes. Percebeu-se ainda algumas continuidades como a ausência de formação de professores especificamente para a modalidade da EJA, adequação curricular às necessidades dos discentes e assistência estudantil.

Palavras-chave: PROEJA. Análise de Produção Científica. Estado do Maranhão.

ABSTRACT

This article aims to discuss the publications dealing with the “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Maranhão” (PROEJA). This is a bibliographic survey. The selection of the dissertations was made through the Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) of the Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT). In total, eight dissertations were selected between the years of 2012 and 2017. For the analysis of the publications, criteria such as the places where the studies were produced, the levels and modalities of teaching were taken into account. For a better understanding of the theme, three categories were constructed, namely: a look at PROEJA's teacher training, curriculum and public policies. These categories allow a visualization of the most approached themes as well as the gaps regarding studies about PROEJA. The results of the review show that 75% of the works were published by universities of Maranhão. There was a recurring presence of themes already discussed in youth and adults education, such as specific professional training and improvement throughout the students' lives. It was also perceived continuities such as the lack of teacher training specifically for the EJA modality, as well as curricular adequacy to the needs of the students, and student assistance, which corroborate the students' permanence in the classroom.

Keywords: PROEJA. Scientific Production Analysis. State of Maranhão.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir las publicaciones relacionadas con el “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Maranhão” (PROEJA). Esta es una encuesta bibliográfica. La selección de disertaciones se realizó a través de la “Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações” (BDTD) del Instituto Brasileño de Información, Ciencia y Tecnología (IBICT), se seleccionaron 8 (ocho) disertaciones sobre el tema publicadas entre los años 2012 y 2017. Para análisis en las publicaciones, se tuvo en cuenta criterios, como los lugares donde se produjeron los estudios, los niveles y las modalidades de enseñanza. Para una mejor comprensión del tema, se construyeron tres categorías, que son: una mirada a la educación docente, el plan de estudios y las políticas públicas del PROEJA. Estas categorías permiten una visualización de los temas más abordados y también las brechas de estudio con respecto al PROEJA. Los resultados de la revisión muestran que el 75% de los trabajos fueron publicados por las Universidades de Maranhão, hubo una presencia recurrente de temas ya discutidos en la educación de jóvenes y adultos, como la capacitación profesional específica y la mejora a lo largo de la vida de los estudiantes. También se percibieron continuidades como la falta de capacitación docente específicamente para la modalidad de la EJA, así como la adecuación curricular a las necesidades de los estudiantes y la asistencia estudiantil, que corroboran la permanencia de los estudiantes en el aula.

Palabras clave: PROEJA. Análisis de Producción Científica. Estado de Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi criado pelo Decreto nº 5.478/2005, sendo logo revogado pelo Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, permanecendo a mesma sigla, tendo o intuito de abranger outros níveis de educação, como o ensino fundamental.

Essa reformulação atendeu às críticas que exigiam uma ampliação da iniciativa, como a possibilidade de oferta por outros órgãos de ensino e para além do nível médio. Com essa iniciativa, abriu-se a oportunidade de oferecimento da Educação de Jovens e Adultos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que, sendo referência em educação

profissional, teria o desafio de integrar diferentes modalidades de educação para ofertar o PROEJA. Nesse sentido,

Um dos grandes desafios do Programa é integrar três campos da educação que historicamente não estão muito próximos: o ensino médio, a formação profissional técnica de nível médio e a educação de jovens e adultos. Igualmente desafiante é conseguir fazer com que as ofertas resultantes do Programa efetivamente contribuam para a melhoria das condições de participação social, política, cultural e no mundo do trabalho desses coletivos, em vez de produzir mais uma ação de contenção social (MOURA; HENRIQUE, 2012, p. 116).

De acordo com as lições de Moura e Henrique (2012), para efetivação dos objetivos do PROEJA, devem-se evitar ações descontínuas, sendo necessária a concretização do programa em política pública, favorecendo, assim, uma real relação entre educação profissional de nível médio, corroborando uma formação significativa e contextualizada conforme interesses dos discentes.

As políticas públicas na modalidade Educação de Jovens e Adultos foram criticadas ao longo do tempo por seus aspectos assistencialistas, voltados para cumprir as necessidades de mão de obra para o mercado de trabalho. Entretanto, o PROEJA vem com uma proposta diferente de integralização do currículo, observando a necessidade de formação profissional como um processo de inclusão e formação cidadã, pois, sendo o Estado corresponsável pela evasão desses indivíduos da escola, deve por isso ofertar, por meio de uma política compensatória, o ensino àqueles que não puderam concluir os estudos na idade própria.

Algo ressaltado no PROEJA é o público diferenciado que o integra, daí surgindo a necessidade de se relacionar escolarização à formação profissional, levando em conta as experiências e vivências dos alunos, o que exige metodologia e olhar pedagógico singular. Como propõe Arroyo (2011),

A mudança de olhar sobre os jovens e adultos será uma pré-condição para sairmos de uma lógica que perdura no equacionamento da EJA. Urge ver mais do que alunos ou ex-alunos em trajetória escolares. Vê-los jovens-adultos em suas trajetórias humanas. Superar a dificuldade de reconhecer que, além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola, antes do que portadores de trajetórias escolares truncadas, eles e elas carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivências, trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência (p. 24).

Essa realidade dos discentes da EJA nos faz reconhecer as suas singularidades como estudantes cujo conhecimento construído na trajetória não escolar deve ser valorizado no espaço formal de aprendizagem como forma de ressignificação dos saberes. Inserido nessa temática, este

artigo recorta como objetivo geral de pesquisa discutir as publicações que tratam sobre o PROEJA no Maranhão.

Tendo como objetivo ampliar as discussões sobre as produções em torno desta temática, refletindo sobre as reais condições de implantação do PROEJA, a problemática consiste em saber: quais as dissertações e teses publicadas entre 2012 e 2017 no Brasil que abordaram o PROEJA no âmbito do Estado do Maranhão? Quais as temáticas investigadas por esses pesquisadores?

Na concretização da pesquisa foram traçados os seguintes objetivos específicos: mapear a produção científica sobre o PROEJA no Maranhão; categorizar as produções levantadas sobre o PROEJA no Maranhão com base na análise de conteúdo de Bardin; conhecer os autores/referencial teórico que fundamentaram as investigações sobre o PROEJA no Maranhão.

A motivação para o desenvolvimento do presente estudo decorre do interesse das pesquisadoras em compreender a temática PROEJA no Maranhão, tendo em vista que, enquanto alunas do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, duas autoras cursaram a disciplina Educação de Jovens e Adultos, disciplina eletiva do referido programa, e uma autora era uma das professoras que ministravam a disciplina, além do que uma das mestrandas tinha como objeto de estudo em sua dissertação de mestrado a modalidade PROEJA.

Assim sendo, a pesquisa apresenta relevância para a vida acadêmica e para a própria ciência uma vez que apresenta o *status* em que se encontra a pesquisa em torno de uma temática dada, servindo como levantamento de dados e identificação das possibilidades, bem como limitações em torno do tema pesquisado. A pesquisa visa contribuir neste campo teórico de conhecimento que é o PROEJA, apontando aspectos significativos das produções científicas desenvolvidas, evidenciando as condições pedagógicas da área, suas limitações e problemáticas, visando reflexões sobre as mesmas.

Após as ponderações acima que constituem a introdução deste artigo (1), apresenta-se, na sequência, em (2), o referencial teórico da pesquisa tomando por base autores como Saviani (2007), Frigotto (2001), Lima Filho (2011) e Ramos (2014), que discutem as bases da educação profissional, numa perspectiva de educação integral; o tópico (3), intitulado Metodologia, aborda as modalidades de pesquisas, os procedimentos e os instrumentos utilizados para a organização dos dados em estudo; no tópico (4), Descrição e análise dos dados, apresentamos os resultados e análises dos dados com base no referencial teórico. Por fim, no item (5), nomeado Conclusão, versamos sobre os pressupostos que fundamentaram e concretizaram a pesquisa em torno do PROEJA no Maranhão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, são apresentados os fundamentos teóricos que dão suporte à pesquisa, dessa forma discutindo as principais ideias que dão base à constituição do PROEJA. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 defende a educação como um direito de todos, também passando a ser vista como direito social de indivíduos excluídos do processo de escolarização que sofrem com a impossibilidade de exercício pleno da cidadania.

Países como o Brasil começam a adotar e defender a importância da educação como um direito de todos, desenvolvendo iniciativas compensatórias e reparatórias efetivas que possam promover a universalização da educação. Exemplo dessas ações é a criação do PROEJA, sendo o mesmo fundamentado por meio da Constituição Federal de 1988:

Art. 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

A nossa lei maior assegura educação àqueles que tiveram trajetórias escolares descontínuas (ARROYO, 2011, p. 21), como forma de promover justiça social através de um aparato legal onde a oferta do ensino para além das séries regulares seja uma ação de reparação com aqueles que não puderam concluir seus estudos na idade regular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) reforça e discrimina como será ofertada essa modalidade de ensino, no seu art. 24:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º (BRASIL, 1996).

Ao dispor sobre a regularização da organização do ensino em seus vários níveis e modalidades, a LDBEN traz a EJA oferecida preferencialmente para aqueles que trabalham, por isso cria um horário noturno alternativo apropriado às condições do discente, buscando atender suas necessidades. Ainda é observado o critério etário para participar desta modalidade evitando uma juvenalização no programa, uma vez que os jovens em idade apropriada devem ingressar no ensino regular.

Assim sendo, o PROEJA tem como critério o atendimento a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos. Trata-se de medida para atender a um público que teve histórias de vida

truncadas, tendo uma identidade singular, apesar da sua heterogeneidade. Desse modo, é possível evidenciar que os sujeitos atendidos pelo PROEJA são:

Portadores de saberes construídos no cotidiano e na prática laboral. Formam grupos heterogêneos quanto à faixa etária, conhecimentos e formação. São trabalhadores ou desempregados, muitos atuando na informalidade. Em geral, fazem parte de populações em risco social, de arrimos de família que possuem pouco tempo para estudo fora de sala de aula (DEL PINO; ROSA, 2010, p. 94).

De acordo com Del Pino e Rosa (2010), é possível perceber que é destacado no PROEJA a dinâmica social heterogênea em idade, gênero e saberes. Segundo Arroyo (2011, p. 23), tal diversificação é vista como potencial na aprendizagem, pois sujeitos com níveis diferenciados de conhecimentos podem interagir e compartilhar saberes variados contribuindo para a formação de todos. Cabe mencionar que os saberes informais dos discentes devem ser apropriados no contexto escolar, sendo suas experiências de vida valoradas para motivação e significação do conhecimento.

Em acréscimo, sugere Frigotto (2001, p. 80) que a EJA com perfil profissionalizante é uma alternativa de ampliação da participação social para jovens e adultos que foram afetados pela exclusão em suas várias esferas minimizando seu aparato cultural, seu pleno exercício da cidadania, bem como sua inserção no mundo do trabalho, assim minimizando o gozo dos direitos fundamentais.

Essas concepções que partem do entendimento do PROEJA com sua contribuição efetiva na emancipação e participação social em suas várias estruturas significam um enfrentamento das condições sociais em que se estrutura o público da EJA, marcado por forte exclusão social e econômica. A formação profissional associada à geral cria condições de uma formação plena e múltipla através de um currículo integrado que permita ir além de um conhecimento fragmentado que atenda apenas aos interesses econômicos.

Neste cenário, os Institutos Federais, como referência em educação profissional, passaram a poder ofertar tais bases de formação na modalidade da EJA, ampliando e vendo na “educação técnica e tecnológica uma porta para um contingente extremamente significativo da população brasileira que tem ficado à margem das políticas oficiais” (ROSA; DEL PINO, 2010, p. 94). Fica evidente que o PROEJA é mais que uma ação educacional, uma vez que suas ações se entrelaçam com o próprio desenvolvimento econômico, como também ressalta o documento base do programa:

Diversas outras ações estão em andamento para a consolidação desse projeto educacional que tem como fundamento a integração entre trabalho, ciência,

técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania (BRASIL, 2007a, p. 07).

O documento base do PROEJA insinua diversas políticas públicas através de sua realização, que têm como escopo a busca da relação entre trabalho e educação, ensejando abordagens compartilhadas por autores como Frigotto (2001), Saviani (2007), Ramos (2014), que versam sobre o princípio educativo do trabalho, assim extrapolando as perspectivas desenhadas pelo programa.

Entende-se que a formação humana em sua essência por meio do desenvolvimento produtivo nos constitui como *homo faber* (BERGSON, 1979, p. 178), uma vez que o ser humano aprende enquanto trabalha, sendo faces de um mesmo processo, que, longe de ser oposição, são partes da essência ontológica do homem. Nesse sentido, trabalho e educação são vistos por meio de sua perspectiva formativa, enquanto ação humanizadora que busca o desenvolvimento integral do homem. A perspectiva do trabalho como princípio educativo é fértil na discussão sobre educação profissional, que possibilita repensar esta área do ensino, como sugere Lima Filho, Cêa e Deitos:

A ampliação do escopo da qualificação profissional, no quadro das políticas públicas, envolvendo a partir de então a população jovem e adulta, por meio das redes federal, estaduais e municipais de ensino, é expressão desse “considerável auxílio” para a eficiência da concorrência como princípio de organização social. Ante a problemática do desemprego, efeito decorrente das políticas econômicas adotadas, a ação governamental volta-se para os trabalhadores como forma de ampliar a capacidade competitiva dos mesmos no mercado de trabalho (2011, p. 28).

De acordo com o pensamento de Lima Filho, Cêa e Deitos (2011), o PROEJA é envolvido por questões pedagógicas e interesses econômicos que se relacionam com os acontecimentos de aumento do mercado precário e a consequente concorrência por postos no mercado formal. Tais postos de trabalho, apesar de garantir alguma estabilidade funcional e promover a busca desenfreada por qualificação profissional, em virtude da crescente concorrência por postos de trabalhos, ganharam espaço no Brasil em meados de 1990.

Esse contexto histórico em que se implanta o programa é também um fator influenciador de sua composição, sendo por isso permeado por uma dupla contradição, como destacam Lima Filho, Cêa e Deitos (2011, p. 29), ao propor que:

O PROEJA é, ao mesmo tempo, expressão da caracterização da formação do trabalhador como apêndice das políticas econômicas, marcadamente

competitivas e desiguais, e efetiva oportunidade de ampliação da escolarização da população jovem e adulta, historicamente excluída dos processos educativos, nos marcos de uma política que se pretende pública.

Assim, programas como PROEJA servem como forma de preparação e contenção por meio do estudo da massa de trabalhadores que veem na formação uma maneira de sobrevivência, em que os imperativos do mercado acabam por influenciar as ações educacionais. Porém, para longe dos interesses e princípios instituídos no PROEJA, esta busca se distancia de imperativos unicamente econômicos, possuindo uma via de mão dupla pela busca e ampliação da educação, na promoção da inclusão social tendo como ênfase os ditames pedagógicos e uma alternativa à emancipação de tais indivíduos.

Visando atender à demanda por igualdade de oportunidades educacionais, o PROEJA foi além, entendendo os vários contextos sociais e culturais dos brasileiros, por essa razão foram criados programas de educação diferencial, que abrangem regiões urbanas e rurais, bem como atendendo às seguintes minorias: PROEJA indígena (para a população indígena); PROEJA pesca (para a população ribeirinha); PROEJA quilombola (para a população de comunidades quilombolas); e PROEJA prisional (para as pessoas jovens e adultas em situação de restrição e privação).

Ao se prever a impossibilidade de total adequação do Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional em todos os contextos sociais, criam-se alternativas multiculturais enquadrando-se no rol das políticas de educação de valorização da diversidade e inclusão “fundamentado no esforço de construção de um projeto de sociedade brasileira justa e igualitária” (BRASIL, 2007a, p. 15). Assim, a adequação da educação profissional às demandas dos diversos povos brasileiros parte das exigências desses indivíduos, bem como de reconstrução no próprio entendimento de educação profissional, como acrescenta o documento base referente ao PROEJA indígena:

Diferentemente, a concepção que orienta este projeto entende que a educação profissional deve extrapolar a simples preparação para o mercado de trabalho. Deve preocupar-se com a formação integral aliado à formação profissional a formação de base propedêutica, numa perspectiva histórico-crítica, de modo a possibilitar a autonomia do sujeito (BRASIL, 2007b, p. 14).

Nas referências do documento base do PROEJA indígena, quilombola ou prisional, a sua concretização exigiu reconfiguração do entendimento de educação profissional, extrapolando o simples interesse pela formação profissional voltado para o mercado, mas partiu da concepção de integralização de formação plena que coadune com as necessidades, organização, cultura e

interesses destes povos (CRAIDY, 2010, p. 72), dessa forma primando com o desenvolvimento de um programa que se adéqua com as realidades dos diversos grupos a que se destina.

Ao levar em consideração a diversidade da cultura brasileira, o programa tem como objetivo atender os diferentes grupos que demandam por esse tipo de escolarização. Para esse fim, cria mecanismos e estratégias que se adequem às necessidades do público, como dispõe o § 2º, do art. 1 do Decreto nº 5.840/2006: “Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos”.

Essa disposição do decreto favorece uma percepção ampla do currículo do programa, uma vez que cria possibilidades para uma diversificação do currículo que se harmonize com as demandas dos indivíduos aos quais se destina, por isso se guiando pelo princípio da integralidade, pluralidade, e ir além, como propõe Colantino (2010), ao afirmar que:

Durante este processo, é coerente destacar a especificidade que este Programa delimitou para além do currículo integrado: alunos com a relação idade e série escolar alterada, com diferentes trajetórias que estabeleceram o atraso ou evasão escolar. Um dos desafios para a integração curricular, neste caso específico, é o rompimento com antigos ideais assistencialistas, infantilizadores e descontextualizados que a EJA vivenciou antes e após seu reconhecimento como modalidade da educação básica. A formação profissional para a EJA é intrínseca à condição de jovens e adultos trabalhadores, necessária para a permanência na escola, no trabalho e para uma vida ativa, atestada por oportunidades de emprego (COLANTONIO, 2010, p. 27).

Como se vê, para o desenvolvimento exitoso do programa, a articulação com o currículo e sua adequação às necessidades dos discentes deve ser levada em conta, haja vista que é um público que tem especificidades que demandam criação de horários de aulas apropriados, organização flexível, seleção de conteúdos pertinentes às suas realidades, o que também deve se associar com seu contexto local e regional, promovendo maior motivação, minimizando as desistências e repetências.

Em decorrência desses aspectos, a lei cria possibilidades da quebra rígida do currículo, que tem relevante importância, pois concebe-se “o currículo enquanto um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados” (BRASIL, 2007, p. 49). Carrega aquilo que favorece a aprendizagem, representa o que estudar, levando em conta a realidade dos discentes, o que também colaborará com a adoção de práticas pedagógicas diversificadas e dinâmicas.

Ao primar pela adoção de estratégias diversificadas, o PROEJA adota e disponibiliza a oferta de variadas formas de curso, o que pode contemplar realidades diferentes, como dispõe o Decreto Nº 5.840/2006:

Art. 1º [...]

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio. § 2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004; e II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4º, § 1º, incisos I e II, do Decreto no 5.154, de 2004 (BRASIL, 2006).

Como visto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º do Decreto nº 5.840/2006, foram criados diversos cursos, enquadrando-se em realidades variadas primando pela integração do ensino médio e da formação profissional, articulando esses componentes, por meio das formas integrada e concomitante.

É possível notar que, apesar das conquistas adquiridas por meio do decreto citado, o programa necessita de consolidação e efetivação, que se farão por meio de iniciativas efetivas que entendam o PROEJA como política pública. A seguir serão apresentados os aspectos metodológicos que orientaram a construção deste estudo.

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo deste estudo, selecionou-se como modalidade principal de pesquisa a análise de conteúdo com base em Bardin (2006), que permitiu a categorização e análise sistemática, como se verá na sequência. Como pesquisa secundária, fez-se uso da pesquisa bibliográfica por meio do mapeamento e análise da produção científica, sendo possível construir o levantamento das dissertações publicadas no Brasil sobre o PROEJA no Maranhão na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Sobre a pesquisa bibliográfica, Lakatos e Marconi (2003, p. 158) afirmam ser “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Assim sendo, esta revisão bibliográfica se organiza em etapas obedecendo aos seguintes procedimentos: levantamento das produções publicadas sobre a temática “PROEJA no Estado do Maranhão” na BDTD do IBICT; leitura dos trabalhos; classificação dos estudos a partir de categorias em comum; construção de quadros e discussão da temática abordada.

É importante destacar que não delimitamos ano de defesa no momento da busca dos estudos, assim, de imediato foram selecionados nove pesquisas, entretanto após leitura dos resumos foi possível constatar que a tese selecionada de Nicolodi (2013) intitulada “Políticas Públicas de Reestruturação do Ensino Médio: as reformas implantadas pela secretaria de estado da educação de Goiás no período de 2000-2010”, publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, não versava sobre a temática escolhida, por isso foi excluída das análises. Cabe ressaltar que a mesma deve ter sido selecionada dentre as pesquisas na Plataforma, em virtude da expressão PROEJA, presente no corpo do texto ao referir-se a políticas públicas, sendo a mesma usada como *string* na proposta deste artigo.

A BDTD do IBICT foi o portal escolhido para a busca das publicações por disponibilizar o texto completo das dissertações selecionadas, além de apresentar mecanismos que facilitam o acesso aos estudos, tais como a delimitação de idioma e ano de defesa, tipo de documento e presença ou não de ilustrações. Assim, é possível utilizar a estratégia de busca simples ou busca avançada que se faz necessário por meio de descritores, neste caso “PROEJA” e “Maranhão”, tornando a pesquisa mais precisa, delimitando, desse modo, os estudos de acordo com o interesse do pesquisador. Ao pesquisar teses e dissertações neste site é possível, ainda, ter acesso a dicas que facilitam o processo de busca.

Para melhor análise das dissertações coletadas, fizemos uso das diferentes fases da análise de conteúdo proposto por Bardin (2006, p. 96). Assim, foram organizados os polos cronológicos pré-análise, onde foram selecionados os documentos submetidos à análise; exploração do material, que versa sobre a categorização; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, que permitiu a condensação das informações obtidas.

Na apresentação dos resultados e discussões dos trabalhos científicos, consideraram-se as variáveis: ano de publicação, as Instituições de Ensino Superior que publicaram os trabalhos e os autores/autoras mais citados/citadas. Foram organizadas, ainda, as categorias: um olhar sobre a formação de professores do PROEJA, currículo e políticas públicas.

Para visar melhor estruturação do estudo em evidência, foram propostas as seguintes questões norteadoras: quais produções acadêmicas disponibilizadas na BDTD do IBICT tratam sobre PROEJA no Maranhão? Quais são os temas mais focalizados? Como estes temas têm sido abordados? Esses questionamentos serão respondidos por meio da descrição e análise de dados e resultados no tópico seguinte.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com o intuito de conhecer as dissertações publicadas, utilizamos os descritores entre aspas: “PROEJA” e “Maranhão”, assim, em resposta ao levantamento, foram localizados os estudos descritos no Quadro 1 constando o ano de publicação, autoria, título das dissertações analisadas e categorias. A classificação das dissertações nas categorias um olhar sobre a formação de professores do PROEJA, currículo e políticas públicas, se deu em virtude da análise dos dados das dissertações, em que se destacaram a temática.

Quadro 1 – Ano de publicação, autoria, título e categorias das dissertações analisadas sobre PROEJA Maranhão

ANO	AUTOR	TÍTULO	CATEGORIAS
2012	Sandra Sntonielle Garcês Moreno	PROEJA: entre currículos e identidades	Currículo
2014	Keyllyanne Desterro Cardoso	O PROEJA e a formação do trabalhador: o currículo integrado em discussão	Currículo
2015	Suzana Andréia Santos Coutinho	A formação continuada de professores que atuam no PROEJA no contexto do Instituto Federal do Maranhão (IFMA)	Um olhar sobre a formação de professores do PROEJA
2015	Reinouds Lima Silva	Avaliação da Política Pública de educação de jovens e adultos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: o PROEJA no Instituto Federal do Maranhão - Campus Açailândia	Políticas Públicas
2016	Edvan Wilson Ferreira Pinto	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): uma avaliação de impactos nas condições de trabalho e renda dos egressos no município de Açailândia – MA	Políticas Públicas
2017	Luciana Paula de Freitas Coêlho Martins	A política de assistência ao educando do IFMA: uma avaliação política da política	Políticas Públicas
2017	Michelle de Cássia Barros Nascimento	Materiais didáticos em cursos do PROEJA: concepção e utilização pelos professores do campus São Luís/Maracanã - IFMA	Currículo
2017	Maria Alice Cadete Silva Lisboa	Olhares que orientam processos de ensino e de aprendizagem no curso técnico em agropecuária do Programa de Integração da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IFMA/Campus São Luís- Maracanã	Um olhar sobre a formação de professores do PROEJA

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados extraídos da BDTD (2019).

Ao analisarmos os oito estudos selecionados, foi possível evidenciar o aparecimento de publicações, no portal pesquisado, entre os anos de 2012 e 2017. Assim, o ano de 2017 contou

com o maior número de publicações, no total três, seguindo em ordem decrescente o ano de 2015 com duas publicações e os demais anos apenas com um trabalho.

No que tange à origem dos trabalhos analisados, é possível perceber, através do mapa apresentado, que as dissertações foram publicadas em três Instituições de Ensino Superior diferentes, sendo a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) possuidora de 75% dos estudos, o que é compreensível tendo em vista tratar de um objeto de estudo específico deste estado. Já a região Centro-Oeste conta com uma publicação e a região Sul com uma publicação. As dissertações estão vinculadas aos seguintes programas de pós-graduação: quatro na área de educação, duas na área de políticas públicas, uma na área de ensino e uma na área de cultura e sociedade.

As informações referentes às metodologias utilizadas nas dissertações foram apresentadas pelos autores, em alguns estudos, nos resumos e, em outros, estavam disponíveis nos elementos textuais. É necessário tal levantamento das metodologias, em vias de identificar os processos de investigações usados nas produções, desta forma verificando como estão sendo avaliados os resultados encontrados. No Quadro 2, é apresentado o tipo de pesquisa/instrumentos de pesquisa para coleta de dados.

Quadro 2 – Organização dos estudos quanto ao tipo de pesquisa/instrumentos de pesquisa para coleta de dados

AUTORES E AUTORAS	TIPOS DE PESQUISA/INSTRUMENTOS DE PESQUISA PARA COLETA DE DADOS
Moreno (2012)	Pesquisa quanti-qualitativa, questionário e entrevista
Cardoso (2014)	Pesquisa qualitativa e entrevista
Coutinho (2015)	Bibliográfica, documental e entrevista
Silva (2015)	Qualitativa, documental e entrevista
Pinto (2016)	Pesquisa bibliográfica, entrevista e grupo focal
Martins (2017)	Entrevista e avaliação de Políticas Públicas
Nascimento (2017)	Pesquisa qualitativa e entrevista semiestruturada
Lisboa (2017)	Pesquisa qualitativa e entrevista

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados extraídos da BDTD (2019).

É possível constatar que alguns autores apresentam apenas os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Assim, verifica-se que 100% dos autores utilizam a entrevista em seus estudos, sendo comum sua utilização em conjunto com outras metodologias, tais como o questionário e a pesquisa bibliográfica. Sobre a entrevista, Lakatos e Marconi (2003, p. 195) afirmam:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na

investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Desse modo, a utilização da entrevista é um importante instrumento e possibilita ao entrevistador a obtenção de dados que não se encontram em fontes bibliográficas, sendo esta uma técnica presente em vários campos de estudo.

No que concerne à apresentação dos autores que embasaram os estudos analisados, 62,5% dos pesquisadores apresentam no resumo de seus trabalhos os autores que serão discutidos ao longo das dissertações. Já em 37,5% dos estudos, só é possível destacar os autores citados com a leitura das dissertações. O Quadro 3 apresenta pesquisadores e autores/ autoras citados/citadas.

Quadro 3 – Pesquisadores e autores/autoras citados/citadas

PESQUISADORES	AUTORES/AUTORAS CITADOS/CITADAS
Moreno (2012)	Freire (1996, 2005, 2008); Soares (2002, 2007); Gadotti e Romão (2008); Moura (2010); Legislações (BRASIL 1996, 2000, 2005, 2006); Documentos Base do PROEJA (2006 e 2007); Moreira (1990, 1997, 2003); Sacristán (2000) e Silva (2009); Bauman (2005); Hall (2006); Bhabha (2007) e Canclini (2008)
Cardoso (2014)	Goodson (2010); Kuenzer (1997); Sacristán (2000); Santomé (1998); Marx (1998); Romanelli (1986); Saviani (2008); Pacheco (2006); Moreira e Silva (1995); Harvey (1996); Ciavatta (2005); Di Pierro (2013); Fazenda (2008); Lima Filho (2004); Freire (1996); Gramsci (1979); Teixeira (1962); Ribeiro (2003); Poupart (2010); Magalhães (2010), além de recorrermos aos documentos referentes ao PROEJA
Coutinho (2015)	Arroyo (1997); Azevedo (2006); Candau (1997); Libâneo (2004); Nóvoa (1991); Paiva (1973); Sacristán (1998); Soares (2007); Triviños (1995); Alves-Mazzotti (2006); Poupart (2010); Haddad (1991); Giroux (1997); Gatti (1997); Freire (2005); Contreras (2002); Althusser (1976); e também em documentos referentes ao PROEJA
Silva (2015)	Romão (2007), Arroyo (1997); Piconez (2002) e Kuenzer (1984)
Pinto (2016)	Beisiegel (1974); Camini (2010); Di Pierro (2001); Dias (2001); Dourado (2010); Farias (2011); Freire (1982); Frigotto (1988, 1996, 2003); Marx (2007); Nascimento (1998); Paiva (1987); Romanelli (1986); Saviani (2007, 2003).
Martins (2017)	Barreira (2001); (1998); Demo (1998); Dore (2013); Frigotto (2003, 2010); Hora (2015); Kuenzer (1988); Marx (1983, 1980); Pereira (2006)
Nascimento (2017)	Barbosa (2005), Bittencourt (1993), Choppin (2004), Mello (2010), Munakata (2012), Rangel (2006), Ramos (2001; 2005), Silva (2005) e Young (2013), Arroyo (2001; 2011), Beisiegel (2004), Brasil (2000; 2007), Fávero (2008), Freire (1987, 2011), Haddad (2000; 2014); Jardimino e Araújo (2014) e Paiva (1973), Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, Diretrizes Curriculares para Educação Básica, Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos, o Documento Base do PROEJA
Lisboa (2017)	Becker (2013); Ciavatta (2015); Demo (2002); Freire (2014, 1997, 2007); Kuenzer (2002); Marcon (2003); Sánchez (2012); Silva (2007).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados extraídos da BDTD (2019).

Com este levantamento dos autores, podemos constatar as referências nas temáticas discutidas sobre o PROEJA, reconhecendo e possibilitando a futuros pesquisadores um leque de autores na área.

Freire é o autor mais evidenciado nos estudos, estando presente em 75% das publicações, seguido por Kuenzer, citada em 50% das publicações. Já Arroyo juntamente com Sacristán estão presentes em 37,5% das dissertações, sendo observável, ainda, a menção de documentos referentes à legislação e ao PROEJA em 100% dos estudos.

Para maior aprofundamento da análise de dados, faz-se necessária a organização do texto em três subseções: um olhar sobre a formação de professores do PROEJA que versa sobre a análise dos trabalhos de Coutinho (2015) e Lisboa (2017). Esses autores ressaltam a importância e carências de iniciativas quanto à formação de professores dentro da educação integral de jovens e adultos; o currículo, como processo de construção social e cultural, dispõe sobre as singularidades destes discentes ressaltando a necessidade de um currículo que leve em conta tais aspectos e que reflita a realidade social dos mesmos; políticas públicas no PROEJA: trajetórias e avanços faz uma análise de trabalhos que versam sobre a criação do PROEJA enquanto política pública de inclusão, bem como outras ações aos estudantes que podem fortalecer este programa.

4.1 UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO PROEJA

O estudo intitulado “A formação continuada de professores que atuam no PROEJA no contexto do Instituto Federal do Maranhão (IFMA)”, de Coutinho (2015), aborda a formação do professor como um direito instituído no art. 63, inciso III da LDB Lei nº 9394/1996, percebendo a mesma como um processo que deve ser aprimorado como forma de garantir a docentes e discentes uma formação continuada que se embasa nas mudanças constantes culturais, sociais e econômicas e que preconize pelo desenvolvimento profissional, como pode ser visto na fala do autor:

As concepções de formação continuada são de uma importância significativa para entendermos o avanço do conhecimento teórico e como esse embasamento teórico tem possibilitado uma reflexão sobre a prática pedagógica, ocasionando desta forma várias discussões por meio de diversos setores da sociedade: as instituições acadêmicas, os ambientes escolares, além da presença marcante da literatura educacional (COUTINHO, 2015, p. 46).

De forma semelhante à Coutinho (2015), Lisboa (2017), na sua pesquisa “Olhares que orientam processos de ensino e de aprendizagem no curso técnico em agropecuária do Programa de

Integração da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IFMA/Campus São Luís-Maracanã”, ao versar sobre a necessidade de formação continuada e específica na formação docente, defende a importância das relações interpessoais entre docentes e discentes como fundamentais na formação de sujeitos críticos que possam prosseguir em estudos. “Apesar de várias ações em prol do avanço do PROEJA serem positivas e terem apontado possíveis melhorias, acredita-se que este programa na rede federal, nos estados e municípios não está alcançando plenamente os objetivos previstos” (LISBOA, 2017, p. 46).

No estudo de Lisboa (2017), são ressaltadas as dificuldades da formação dos professores no projeto de ensino integral, onde também se revela a necessidade de análise do currículo e a revisão de práticas pedagógicas que possibilite uma formação mais significativa.

Assim, contemplam-se na fala dos autores analisados nesta categoria as exigências de uma formação inicial, permanente e de constante aperfeiçoamento a fim de possibilitar uma profissionalização significativa a professores e alunos, que ressignifique o processo de produção do conhecimento e a melhoria na qualidade da educação. Tais ideias coadunam com os teóricos Saviani (2007) e Ramos (2014), que evidenciam a formação continuada dos profissionais na Educação Profissional e Tecnológica.

4.2 O CURRÍCULO COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL E CULTURAL

O currículo é visto com sua importância no direcionamento do processo de aprendizagem, contemplando os aspectos que definem: o que ensinar? Para quê? E por que ensinar? Assim, é um orientador da atividade do professor, devendo estar de acordo com a realidade social e com as especificidades do público atendido, aspectos pontuados por Moreno:

Assim, o currículo deve ser entendido como resultado das determinações culturais, situado historicamente e vinculado à totalidade social, facilitando o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da EJA. Quando o currículo nega essa perspectiva, representa apenas questões técnicas e metodológicas, que não atendem a realidade dessa modalidade (2012, p. 132).

Na categoria que versa sobre a formação de professores, ao refletir sobre currículo, também são ressaltadas as especificidades e singularidades dos discentes da EJA como imprescindíveis para formação de sujeitos mais conscientes e de uma aprendizagem significativa, que contemple as múltiplas identidades dos sujeitos envolvidos neste processo.

Na pesquisa de Moreno (2012) intitulada “PROEJA: entre currículos e identidades”, são constatados os limites e possibilidades de um currículo que deve pautar suas propostas numa pedagogia multidisciplinar com base em princípios de uma educação multicultural. Assim, a

autora ressalta a fragmentação do currículo, a falta de implantação da prática, a carência de estrutura e principalmente de interdisciplinaridade, o que fragiliza uma proposta de currículo integrado.

A dissertação de Cardoso (2014), intitulada “O PROEJA e a formação do trabalhador: o currículo integrado em discussão”, faz uma análise da integração curricular como forma de articulação entre a escolarização e a formação profissional, ressaltando a necessidade da interdisciplinaridade, como eixo norteador de tal proposta. Essa concepção de Cardoso (2014) se aproxima das ideias de Moreno (2012), que veem na interdisciplinaridade, na prática e na contextualização formas de ampliar a visão de mundo do aluno.

No texto de Nascimento (2017), que pesquisou o uso de “Materiais didáticos em cursos do PROEJA”, analisa a relação destes recursos didáticos adotados nos processos de ensino aprendizagem nos cursos técnicos. A autora menciona os debates antagônicos que se fazem sobre o uso destes recursos no currículo, pois alguns estudiosos sugerem ser desnecessária tal incorporação. Entretanto, o estudo revelou que a inserção destes materiais didáticos de forma comprometida e consciente oportuniza a estes jovens e adultos uma formação reflexiva que favorecerá uma atuação social emancipatória.

Com isso, percebemos que o trabalho analisado nesta categoria aponta as especificidades no PROEJA, enaltecendo a necessidade de um currículo e práticas pedagógicas bem definidas, das exigências e do contexto deste público como ação exitosa. Assim, repensar a diversidade e pluralidade destes sujeitos, além de implementar recursos didáticos, favorece uma aprendizagem de qualidade e um currículo que se afine com os objetivos do programa, qual seja: oferecer oportunidade para a conclusão da educação básica, juntamente com a formação profissional àqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular. Coutinho (2015) ressalta a proposta do PROEJA, de que, dentre os inúmeros desafios apresentados, um é a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação que trabalham com essa modalidade de ensino.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROEJA: TRAJETÓRIAS E AVANÇOS

As políticas públicas educacionais são diretrizes assumidas pelo governo a fim de promover ações que promovam, obriguem e concretizem os planos para a área da educação, embasado em metas e dados que geram objetivos a serem alcançados. O PROEJA, criado por meio do Decreto nº 5.840/2006 que passou a estabelecer a integração entre educação básica e profissional, é enquadrado por Pena (2007, p. 2) no contexto das políticas públicas, justificado por meio do documento base do PROEJA.

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sócio laboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (BRASIL, 2007a, p. 11).

O documento base referido conclama para a necessidade de visualização do programa como uma política base, uma vez que em suas entrelinhas salienta o PROEJA como uma proposta de universalização da educação que deve ser permanente e integrada a outras políticas e ações.

Silva (2015), em sua pesquisa “Avaliação da política pública de educação de jovens e adultos na Rede federal de educação profissional e tecnológica: o PROEJA no Instituto Federal do Maranhão – *campus* Açailândia”, analisou as contradições presentes na trajetória de implantação deste programa no período de 2011 a 2014, propondo aos atores sociais envolvidos no processo a avaliação que se busquem soluções coletivas quanto à efetividade desta política pública. A pesquisa ressalta:

Sobre as pretensões do PROEJA, em especial a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica na modalidade EJA, esta deve vir acompanhada de correta formação pedagógica, e de critérios de seleção que privilegiem tratamento diferenciado a quem recebeu tratamento desigual e excludente em sua trajetória escolar. Os mecanismos que propiciem a permanência devem ser aprimorados e ampliados, visto que a evasão ainda é significativa ante as vagas em ampliação na rede pública de EPT. Entre a concepção, a implantação e sua continuidade, a avaliação do processo deve estar presente no ciclo das políticas públicas (SILVA, 2015, p. 38).

Diante do pensamento de Silva (2015), podemos perceber que o PROEJA, enquanto política de inclusão social, ainda apresenta sérios limites que se associam à carência de formação específica de professores e à falta de estruturação, como transporte. Desta forma, a integralização do currículo que objetiva a superação dual da educação ainda é um processo a ser superado para que promova a justiça social esperada nesta ação. Assim, a ideia dos participantes da pesquisa e de Silva (2015) seria a implantação de ações de avaliação continuada do programa, bem como a criação de um Fórum Institucional, onde de forma colaborativa os sujeitos deste programa pudessem discutir as dificuldades na efetivação desta política pública e propor soluções.

O trabalho de Pinto (2016), nomeado “Programa Nacional de Integração da Educação Básica a Educação Profissional na modalidade da Educação de Jovens e Adultos: uma avaliação de impactos nas condições de trabalho e renda dos egressos no município de Açailândia-MA”, teve como objetivo realizar uma avaliação de impactos nas condições de trabalho e renda dos egressos deste programa.

A forma de implantação associada às necessidades urgentes do mercado e a própria obrigatoriedade da legislação acabaram por gerar dificuldades, limitações e contradições ideológicas na criação dos cursos, ocasionando percursos negativos no início, como problemas de execução do programa, falta de qualificação dos profissionais e estrutura física escolar. Tais problemas foram demonstrados na pesquisa, os quais em muito foram superados. Entretanto, no entendimento de Silva (2016), ainda devem ser criadas políticas públicas que concretizem as ações deste programa, sua face teórica integralizante deve ser efetivada para que não se criem expectativas e resultados contraditórios ou ilusórios.

Outro trabalho que aborda as políticas públicas é “A política de assistência ao educando do IFMA: uma avaliação política da política”, da autora Martins (2017), a qual teve como objetivo analisar fundamentos, princípios e concepções que embasam as políticas de assistência estudantil em âmbito nacional e local.

Não identificamos no PAE-IFMA ações específicas para o PROEJA, nem nos programas universais nem nos programas específicos, o que sinaliza que, embora os formuladores devam saber das especificidades desse público, dado a rotina do trabalho e a investigação sobre o perfil dos estudantes, não foram elaboradas estratégias de intervenção próprias para os estudantes jovens e adultos, colocando-os no mesmo nível de atendimento dos demais estudantes (MARTINS, 2017, p. 131).

A autora apontou, como resultado de seu estudo, pontos positivos do Programa de Assistência Estudantil. Entretanto, chamou a atenção para a falta de ações específicas para o público da EJA, demanda que possui singularidades em sua formação, trazendo trajetórias de vida truncadas, como sugeriu Arroyo (2011, p. 30). Isso acaba por precarizar o programa que se pauta na inclusão e na justiça social, além de inibir os objetivos da assistência estudantil que busca garantir o acesso e a permanência dos estudantes e o prosseguimento nos estudos.

É interessante percebermos que todos os trabalhos analisados nesta categoria enfatizam os aspectos capitalistas como influenciadores da tomada de políticas públicas que se entendem ou se restringem com as ideologias governamentais. Destarte, muito deve ser feito para burlar as contradições econômicas e injustiças para consecução dos objetivos de uma educação integral e humana, responsabilizando o estado omissor por ações que deu causa.

5 CONCLUSÃO

Buscou-se, por meio desta pesquisa, discutir as publicações que tratam sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Maranhão (PROEJA). As dissertações analisadas foram

pesquisadas por meio eletrônico no site da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), categorizadas em um olhar sobre a formação de professores, currículo e políticas públicas.

Nas leituras e observações, constatamos a presença concentrada dos trabalhos nas Instituições do Maranhão, contando com seis trabalhos publicados. Chamou-nos atenção o fato de não haver nenhuma tese que versa sobre a temática, essa pode estar associada à ausência de turmas de doutorado formada no Estado do Maranhão, uma vez que a primeira turma de doutorado em educação criado pela Universidade Federal do Maranhão, ainda está em andamento.

Foi possível perceber a existência de estudos publicados em três instituições de ensino superior diferentes, entre os anos de 2012 e 2017, sendo 2017 o ano com maior número de publicações. A análise do tipo de pesquisa/instrumentos de pesquisa para coleta de dados deixa em proeminência a presença da entrevista em 100% dos estudos. Já a análise dos autores mais citados nas dissertações demonstra que Freire e Sacristán são os autores mais evidenciados nos estudos, e isso pode ser explicado pelo fato de ambos serem proeminentes teóricos da EJA.

Durante a pesquisa, foi constatada a presença mais marcante de estudos com temáticas sobre Currículo e Políticas Públicas, evidenciando as necessidades de estudos que busquem discorrer sobre as ações que devem ser feitas para melhorar as condições do programa, bem como uma proposta de currículo mais adequada às características deste alunado.

Os teóricos apresentados trazem problemáticas presentes nos estudos levantados sobre o PROEJA, ressaltando a necessidade de formação específica de professores na área, o que exige do estado ações efetivas com este público, assim evitando práticas pedagógicas tradicionais e sem significado para os discentes do programa. Assim, tais pesquisas chamam atenção para práticas que precisam de mudanças para qualidade do ensino nessa modalidade.

Chama a atenção o fato de as publicações serem recentes, referente aos últimos oito anos. Isso se dá em função dos decretos de institucionalização do PROEJA de 2005 e 2006, o que só após este período passou a constituir problemáticas as pesquisas sobre o mesmo. Com isso, constatamos que o levantamento das publicações foi viável, já que identificamos, nas pesquisas sobre PROEJA, as condições das publicações, bem como refletimos as questões que giram em torno desta problemática, reconhecendo limites e possibilidades do mesmo.

Em nossas análises, verificamos que existem lacunas de publicações sobre o PROEJA no Maranhão relacionadas às discussões sobre temáticas atuais, como o uso das tecnologias na educação deste público, o que sugere mais produções na área. Ainda foi possível constatar as

ligações entre os temas categorizados, os quais permanecem abordando a marginalidade com que foi tratada a educação nesta modalidade.

Diante do exposto, ampliar os níveis de produções e publicações sobre a EJA é oportunizar uma releitura sobre tal modalidade de ensino, dando, dessa forma, visibilidade para as ações que a envolvem e possibilitando uma discussão política de melhoria do programa.

6 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Graça. Educação de Jovens e adultos: um campo de direito e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BERGSON, Henri. **Cartas, conferências e outros escritos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 153-205.

BRASIL. Lei n. 9.934, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 5 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC/CNE/CEB n. 1, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.480/2006. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Brasília 2006. Disponível em: http://portalmeec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5840_13jul06.pdf. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Documento Base. 2007a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA INDÍGENA**. Documento Base. 2007b.

CARDOSO, Keyllyanne Desterro. **O proeja e a formação do trabalhador: o currículo integrado em discussão**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

COLONTONIO, Eloise Medice. **O currículo integrado do PROEJA: Trabalho, Cultura, Ciência e Tecnologia em tempos de semiformação.** Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24107/COLONTONIO%2c%20Eloise.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2020.

COUTINHO, Suzana Andreia Santos. **A Formação Continuada de professores que atuam no PROEJA no contexto do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

CRAIDY, Carmem Maria. **PROEJA à margem.** VI Cadernos PROEJA. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora.** Florianópolis, v.19, n.1, p. 71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-um-campo-de-direitos-e-de-responsabilidade-publica-sintese-do-texto-de-miguel-arroyo/72679>. Acesso em: 27 maio 2019.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio/ago., 2000. Disponível em <http://ref.scielo.org/2hdkrw>. Acesso em: 24 dez. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

LISBOA, Maria Alice Cadete Silva. **Olhares que orientam processos de ensino e de aprendizagem no Curso Técnico em Agropecuária do Programa de Integração da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IFMA/Campus São Luís- Maracanã.** 2018. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ensino, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 04 dez. 2018.

LIMA FILHO, Domingos Leite; CÊA, Georgia dos Santos; DEITOS, Roberto Antonio. O PROEJA e as possibilidades de sua afirmação como política pública: o financiamento em questão In: LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro da; DEITOS, Roberto Antonio (Org). **PROEJA Educação Profissional integrada à EJA: questões políticas, pedagógicas e epistemológicas.** Curitiba: Ed. UTFPR, 2011, p. 23-38.

MARTINS, Luciana Paula de Freitas Coêlho. **A política de assistência ao educando do IFMA: uma avaliação política da política.** 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MORENO, Sandra Antonielle Garcês. **PROEJA: entre currículos e identidades.** 2012. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Proeja: entre desafios e possibilidades. **Holos**, ano 28, vol 2., 2012. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>. Acesso em: 15 dez. 2018.

NASCIMENTO, Michelle de Cássia Barros. **Materiais didáticos em cursos do PROEJA: concepção e utilização pelos professores do Campus São Luís/Maracanã - IFMA.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. O PROEJA no contexto das Políticas Públicas atuais: a busca pelo direito dos jovens e adultos à educação profissional técnica de nível médio. *In: COLE - CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL - X SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.* 16, 2007, Campinas. **Anais eletrônico [...].** Campinas: UNICAMP, 2007. p. 1-8. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss03_03.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

PINTO, Edvan Wilson Ferreira. **Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA): uma avaliação de impactos nas condições de trabalho e renda dos egressos no município de Açailândia - MA.** 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional.** [recurso eletrônico] / Marise Nogueira Ramos. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de educação.** v. 12. n. 34, jan./abr. 2007.

SILVA, Reinouds Lima. **Avaliação da Política Pública de Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: o PROEJA no Instituto Federal do Maranhão - Campus Açailândia.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.